MAIO 2025

INFORMA

SindUTE
SOMOS TODOS NÓS

Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais
**Filiado à CNTE e à CUT**

**EDIÇÃO ESPECIAL DE LUTA CONTRA O PROJETO MÃOS DADAS**

# Municipalização do Governo Zema e a lógica neoliberal

*O Projeto Mãos Dadas é uma iniciativa lançada pelo governo de Minas Gerais, em março de 2021 que, conduzida por uma lógica neoliberal de estado mínimo, transfere as matrículas do ensino fundamental das escolas estaduais para os municípios.*

*No discurso do governo, o projeto foi apresentado como um programa de apoio financeiro, pedagógico e de infraestrutura para facilitar a absorção das matrículas. Na prática o governo visa reduzir em cerca de 50% a rede estadual, transferindo custos e responsabilidades para os municípios.*

*Inicialmente, o foco era a municipalização dos anos iniciais do ensino fundamental; contudo, a partir de 2022 a proposta passou a abranger a totalidade do ensino fundamental.*

*Em 2025, com a publicação da resolução nº 5.148/2025, o governo propõe entregar todo o ensino fundamental estadual aos municípios, oferecendo contrapartidas financeiras sem critérios objetivos e transparência. Na prática, essas ofertas se referem somente a repasses pontuais para obras, reformas e compra de equipamentos, enquanto os verdadeiros custos – como manutenção de salários e despesas correntes – recaem diretamente sobre os cofres municipais.*

## O PROJETO DE MUNICIPALIZAÇÃO NÃO É UMA POLÍTICA ISOLADA

***Ele faz parte de um plano maior de precarizar para privatizar a educação. Esse processo também inclui: fechamento de escolas estaduais, terceirização da gestão escolar, desvalorização e ataques aos direitos dos servidores. Na ótica neoliberal do governo Zema, a educação não é vista como direito, mas como mercadoria.***

# MÃOS DADAS: ESTRATÉGIA DO GOVERNO ZEMA PARA IMPOR A MUNICIPALIZAÇÃO

***Para acelerar a municipalização do ensino, o governo de Minas Gerais tem recorrido a uma estratégia que mistura uma interpretação distorcida da legislação educacional com a oferta de "vantagens financeiras" aos municípios.***

## A distorção dos fundamentos legais

*As bases legais para a organização do ensino público, estabelecidas na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e na legislação estadual, deixam claro que o ensino fundamental é uma responsabilidade compartilhada entre estados e municípios, em um regime colaborativo. Por exemplo:*

- ***Artigo 211 da Constituição Federal (1988):*** *Define que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão seus sistemas de ensino em regime de colaboração. Especifica que os municípios devem atuar prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil, enquanto os estados e o Distrito Federal se concentram no ensino fundamental e médio.*
- ***Artigo 10 da LDB (Lei 9.394/96):*** *Determina que os estados devem definir, em conjunto com os municípios, formas de colaboração para a oferta do ensino fundamental, assegurando a distribuição proporcional das responsabilidades conforme a população atendida e os recursos financeiros disponíveis.*
- ***Artigo 3º da Lei Estadual 12.768/98:*** *Estabelece que qualquer transferência de matrícula do Estado para o município depende de lei municipal autorizativa, precedida de avaliação da capacidade mínima do município para oferecer o atendimento escolar adequado.*

*Esses dispositivos demonstram que o ensino fundamental não é uma responsabilidade exclusiva dos municípios e que, para qualquer transferência, deve haver um estudo prévio que avalie a capacidade de atendimento das prefeituras. Contudo, o governo tem usado essas normas com subterfúgio para justificar a transferência de matrículas, colocando os municípios em situação vulnerável e agravando as desigualdades educacionais.*

## As "vantagens financeiras" e o verdadeiro custo da municipalização

*O governo de Minas tem aumentado a contrapartida financeira para convencer os municípios a aceitar o Mãos Dadas. De início, esses recursos – provenientes, por exemplo, do FUNDEB e de outras rubricas orçamentárias – podem ser direcionados para obras, reformas ou aquisição de equipamentos, conforme previsto no termo de adesão. Porém, o que não aparece na "conta" é o custo de manutenção dessas novas matrículas.*

*A maior parte dos municípios usa os recursos de transferências legais, como FUNDEB, para custeio e folha de pagamento da educação. Mas também investem recursos próprios para esses pagamentos. Assim, mesmo que a transferência de matrículas gere um aumento aparente nos repasses, o aumento dos gastos com manutenção acaba recaindo sobre as prefeituras. Surgem, então, várias preocupações: os municípios estão realmente preparados para arcar com esses custos adicionais? Estudos prévios que avaliem essa capacidade de absorção têm sido feitos de maneira adequada?*

*Além disso, todo o processo está em curso sem qualquer definição quanto à organização de um Sistema Estadual de Educação, política salarial, carreiras da educação, diretrizes curriculares, formação e qualificação profissional.*

*A identificação destes aspectos vai acentuar a grande fragmentação das redes de ensino, com sérios prejuízos à qualidade da educação pública ofertada no estado, seja em nível estadual ou municipal.*

# MÃOS DADAS: UM PROJETO, VÁRIOS TIPOS DE VIOLÊNCIAS CONTRA A EDUCAÇÃO

***Nos municípios onde a municipalização foi concretizada, estudantes, pais, comunidade escolar e educadores já sofrem os prejuízos. E a situação tende agravar-se, pois a promessa do destino de recursos do governo não garante a possibilidade de ampliação de investimentos para as redes municipais de forma estrutural.***

## Os Impactos do Projeto Mãos Dadas na Educação

### No atendimento à comunidade escolar

*A transferência das matrículas para a rede municipal irá causar sérios desequilíbrios na oferta de ensino, impactando diretamente o cotidiano escolar das comunidades escolares:*

- *Fechamento de turmas e superlotação: Enquanto as escolas estaduais enfrentam o fechamento de salas, as municipais podem se ver superlotadas;*
- *Comprometimento dos Projetos Pedagógicos: A desestruturação da rede de ensino pode inviabilizar a execução dos projetos político-pedagógicos nas escolas, comprometendo a identidade, a continuidade e a qualidade do ensino ofertado;*
- *Educação Infantil em risco: Com a diminuição dos investimentos, o alcance de metas dos Planos Municipais de Educação – como a ampliação da Educação Infantil e a oferta de creches – fica cada vez mais distante;*
- *Transporte e Logística Escolar: Problemas na regularidade do transporte escolar podem agravar a situação, dificultando o acesso dos alunos às aulas.*
- *Comprometimento da educação inclusiva: o aluno com deficiência ficar sem atendimento educacional especializado pois os municípios, quase sempre, fazem contratação de estagiários ou monitores para esse atendimento.*

### Para os Trabalhadores da educação

*Em municípios já municipalizados, há relatos de encerramento imediato dos contratos dos servidores da rede estadual, sobrecarga de trabalho e incertezas quanto à situação funcional dos trabalhadores. Isso decorre principalmente, das seguintes questões:*

- *Todos os trabalhadores em educação contratados da rede estadual lotados nas escolas municipalizadas, tiveram seus contratos imediatamente encerrados.*
- *Aos profissionais que possuem cargos legalmente acumuláveis existe o risco de impedimento desse direito.*

*Haverá menos postos de trabalho para o Professor de Apoio já que os municípios, via de regra, não ofertam professor de apoio nas salas de aula da rede municipal.*

*Servidores efetivos podem ser cedidos, ficarem em adjunção, ou excedentes no Município.*

### Atenção à adjunção:

- *Com a adjunção para a rede municipal, o professor de educação básica efetivo perde o seu direito à exigência curricular e a extensão de jornada que estão previstas na carreira do Estado.*
- *A adjunção não pode ser prometida até a "aposentadoria do servidor", uma vez que Lei 7.109/77 determina que a mesma pode ser cancelada a qualquer momento (art. 86).*

## IMPACTO DA MUNICIPALIZAÇÃO NAS MATRÍCULAS, DESPESA E RECEITA DO FUNDEB

*Aumento dos Custos para os Municípios - A maior parte dos municípios depende dos repasses legais – como FUNDEB – para custeio e folha de pagamento da educação. Contudo, com a transferência das matrículas, a manutenção de um investimento adequado por aluno exigirá uma elevação dos recursos próprios, sem garantia de que esses valores aumentarão proporcionalmente à demanda.*

*O Município, antes de aderir ao "Mãos Dadas" e de enviar o projeto de lei à Câmara Municipal, deve realizar o diagnóstico prévio com avaliação da sua capacidade mínima de atendimento escolar, conforme determinado pela Lei estadual 12.768/98. (art. 3º).*

*Veja exemplos em números:*

**Impacto Financeiro da Municipalização do Ensino Fundamental** *(Valores em R$)*

| Município | Nº de Matrículas Atuais | Nº de Matrículas com o Mãos Dadas | Aumento Receita Fundeb (previsto) | Aumento Despesa Anual (previsto) | Saldo |
|---|---|---|---|---|---|
| A | 861 | 2.340 | 11.889.623,50 | 41.945.140,61 | -30.055.517,11 |
| B | 451 | 1.953 | 11.938.841,02 | 32.981.178,73 | -21.042.337,71 |
| C | 1.165 | 3.457 | 19.258.353,01 | 63.477.303,32 | -44.218.950,31 |

# Resistir é necessário!

## Sind-UTE na linha de frente pela Educação Pública

*O Sind-UTE está coordenando uma ampla mobilização contra o Projeto Mãos Dadas em diversas regiões do Estado. Essa luta se expressa em assembleias e reuniões regionais, onde se debatem os reais impactos da municipalização e se traçam estratégias coletivas de resistência.*

*Ao mesmo tempo, audiências públicas e diálogos com câmaras municipais e prefeitos exigem estudos técnicos que esclareçam os custos e garantam total transparência na aplicação dos repasses financeiros. A defesa da nossa rede de ensino é um compromisso de todos – e o Sind-UTE está na linha de frente dessa batalha!*

### O que devemos fazer?

*Em tempos de ameaças à educação, cada ação conta. Confira como você pode participar para fortalecer nossa resistência:*

→ ***Organize-se: Reúna todos aqueles que defendem a educação!*** *Mobilize, juntamente com o sindicato, as comissões sindicais, as associações de pais, os conselhos escolares, as lideranças comunitárias e o movimento estudantil para debater o tema. Vamos:*

→ *Exigir diálogo, informações e transparência junto às câmaras municipais e prefeituras;*

→ *Denunciar os riscos e alertar, por meio de panfletos, faixas, audiências públicas e carreatas, sobre os perigos que a municipalização representa para a educação;*

→ *Lutar em favor de uma educação pública, gratuita e de qualidade.*

***A municipalização não é a solução, mas sim parte do problema. Ela aprofunda a desigualdade, precariza o ensino e desrespeita os profissionais da educação.***

Não à MUNICIPALIZAÇÃO

SindUTE
SOMOS TODOS NÓS